



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



08-11-16

SEB

62 TC-000046/026/14

Prefeitura Municipal: Coroados.

Exercício: 2014.

Prefeito: Hélcio Carrilho Slavez.

Advogados: Vinícius Schweter (OAB/SP nº 238.345) e outros.

Acompanham: TC-000046/126/14 e Expedientes: TC-000397/001/15 e TC-000083/001/16.

Procurador de Contas: José Mendes Neto.

Título	Situação	Ref.
Aplicação no Ensino – CF, artigo 212	28,78%	(25%)
FUNDEB – Lei federal nº 11.494/07, artigo 21, <i>caput</i> e § 2º	100%	(95% - 100%)
Pessoal do Magistério – ADCT da CF, artigo 60, XII	78,78%	(60%)
Despesa com Pessoal – LRF, artigo 20, III, “b”	55,19%	(54%)
Saúde – ADCT da CF, artigo 77, III	24,90%	(15%)
Transferência ao Legislativo – CF, artigo 29-A, I	3,65%	7%
Plano Municipal de Educação - Lei federal nº 13.005/14, arts. 1º e 8º, <i>caput</i>	Regular	26-06-2015
Remuneração do Magistério de acordo com o Piso Nacional - Lei federal nº 11.738/08, artigo 2º	Regular	R\$ 1.697,00 ¹
Plano Municipal de Saneamento Básico – Lei federal nº 11.445/07, arts. 11, 17 e 19	Regular	A partir de 2014
Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – Lei federal nº 12.305/10, artigo 18	Regular	A partir de 02-08-2012
Plano Municipal de Mobilidade Urbana – Lei federal nº 12.587/12, artigo 24, § 3º	Prejudicado ²	A partir de 2017
Lei da Transparência Fiscal – Lei federal nº 12.527/11, art. 8º art. 9º	Prejudicado ³ Irregular	A partir de 18-05-2012
Execução Orçamentária – (R\$ 518.126,18), considerando-se o empenho indevidamente anulado (R\$ 121.734,48) o resultado passa a ser de (R\$ 639.860,66) não amparado em superávit financeiro do exercício anterior	Déficit de 3,23% Déficit de 3,99% Ajustado	
Resultado Financeiro – (R\$ 845.003,06)	Déficit	
Remuneração de Agentes Políticos	Regular	
Precatórios	Regular	
Ordem Cronológica de Pagamentos	Irregular	

¹ Fonte: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/01/piso-salarial-dos-professores-tera-reajuste-de-832-anuncia-mec.html>

² Obrigatório para Município com população superior a 20.000 habitantes.

³ Obrigatório para Município com população superior a 10.000 habitantes.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



Encargos Sociais (INSS, FGTS e PASEP)	Regulares
CIDE	Regular
Royalties	Regular
Iluminação Pública - O Município não instituiu a CIP - Contribuição para Custeio de Iluminação Pública.	Irregular
Multas de Trânsito	Regular
Investimentos + Inversões Financeiras: RCL	4,87%

ATJ: Econômica: Favorável

Jurídica e Chefia: Desfavorável

MPC: Desfavorável

SDG: -

1. RELATÓRIO:

1.1. Versam os autos sobre as contas da **PREFEITURA MUNICIPAL DE COROADOS**, exercício de 2014.

1.2. O relatório da inspeção *in loco* realizada pela Unidade Regional de Araçatuba - UR.1 (fls. 12/72) apontou:

A.2. A Lei de Acesso à Informação e a Lei de Transparência Fiscal (fl. 14):

- não foi criado o serviço de informação ao cidadão previsto no artigo 9º da Lei federal nº 12.527/11.

A.3. Do Controle Interno (fls. 14/15):

- elaboração de relatórios com exames superficiais de alguns setores, apenas para atestar a conformidade dos documentos analisados, demonstrando a fragilidade do setor;

- ausência de providências para preenchimento do cargo efetivo de Controlador Interno;

- não foram apuradas as poucas ocorrências apontadas.

B.1.1. Resultado da Execução Orçamentária (fls. 16/19):

- apuração de déficit orçamentário de 3,99% (R\$ 639.860,66) após ajustes da fiscalização, considerando despesa anulada indevidamente;

- déficit da execução orçamentária não amparado em superávit financeiro do ano anterior, que também foi deficitário;

- abertura de créditos adicionais e realização de transferências, remanejamentos e/ou transposições no percentual de 44,96% da Despesa Fixada (inicial), evidenciando insuficiente planejamento orçamentário no exercício examinado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



B.1.2. Resultados Financeiro, Econômico e Saldo Patrimonial

(fl. 19):

- resultado financeiro negativo no exercício de R\$ 966.737,54, após ajustes da fiscalização.

B.1.3. Dívida de Curto Prazo (fl. 21):

- falta de liquidez para os compromissos assumidos a curto prazo (R\$ 0,60 para cada R\$ 1,00 de dívida);

- existência de 235 (duzentos e trinta e cinco) títulos protestados contra a Prefeitura Municipal (2010 a 2015).

B.1.6. Dívida Ativa (fls. 23/25):

- lançamento de provisão de perdas que ocasionou uma diminuição de 65,55% no estoque da dívida ativa, não sendo apresentado o critério e/ou metodologia de cálculo de tal lançamento;

- divergências não esclarecidas do Setor com a contabilidade em relação ao montante recebido, cancelado e inscrito no exercício.

B.2.2. Despesa de Pessoal (fls. 26/28):

- ajustes da fiscalização aumentaram o valor das despesas com pessoal;

- os gastos com pessoal superaram o limite máximo previsto na letra “b”, inciso III, do artigo 20 da LRF no 3º quadrimestre/2014, com superação do limite da despesa laboral apresentando o índice de 55,74% sobre a Receita Corrente Líquida-RCL no encerramento do exercício e acima do limite prudencial (=51,30%) nos dois primeiros quadrimestres do exercício de 2015, 53,29% (Abril/2015) e 53,75% (Agosto/2015) sobre a RCL (situação análoga a ocorrida nos exercícios de 2012 e 2013).

B.3.1. Ensino (fls. 28/31):

- exclusão de despesas consideradas na aplicação do ensino pela Prefeitura Municipal referentes a restos a pagar não quitados até 31-01-15 e referentes à compra de material para campanha contra a dengue;

- existência de restos a pagar do FUNDEB sem o correspondente valor na conta específica de movimentação do fundo, indicando que os recursos foram transferidos antecipadamente para conta movimento da Prefeitura Municipal.

B.3.1.2. Demais Aspectos Relacionados à Educação (fls. 31/33):

- não atingimento da meta projetada para o IDEB/2013, havendo uma regressão de 0,6 pontos em relação ao resultado anterior;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



- verificação de demanda reprimida por vagas na Creche Municipal, havendo 50 (cinquenta) crianças em lista de espera.

B.3.2. Saúde (fls. 33/34):

- exclusão de despesas referentes a restos a pagar não quitados até 31-01-15.

B.3.2.3. Terceirização dos Serviços Médicos da Saúde:
(fls. 35/39):

- contratação de médicos [Pronto Socorro, UBS (clínico geral, ginecologista e pediatra) e ESF] por intermédio de empresa;
- terceirização de mão de obra finalística;
- omissão nos gastos de pessoal;
- falta de controle da jornada de trabalho dos médicos contratados, havendo indicativos de que a jornada efetivamente realizada é inferior à quantidade de horas disciplinadas no contrato;
- elaboração de aditivo contratual acrescentando as especialidades de ginecologia e pediatria sem definição de carga horária e/ou número de atendimentos, prejudicando a análise da economicidade e efetividade da contratação;
- ausência de comprovação de regularidade dos recolhimentos dos encargos trabalhistas e previdenciários dos profissionais contratados pela empresa a serviço do Município.

B.5.1. Encargos (fls. 41/42):

- despesas com juros, multas e atualização monetária dos encargos recolhidos ao INSS (novembro, dezembro e 13º/2014), FGTS (dezembro/2014) e PASEP.

B.5.3.2. Anulações de Empenhos Liquidados e Pagos
(fls. 44/45):

- anulação de empenhos liquidados e pagos no exercício, em inobservância às disposições contidas no artigo 60 e seguintes da Lei federal nº 4.320/64, bem como às normas de contabilidade pública.

B.5.3.3. Pagamentos de Multas por Infrações Trabalhistas
(fl. 45):

- dispêndios com pagamentos de cinco multas por irregularidades cometidas pela Prefeitura Municipal em relação à legislação trabalhista (CLT).

B.5.3.4. Pagamento de Despesas Diversas das Polícias Civil e Militar (fls. 45/46):



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



- despesas decorrentes de alugueres de imóveis, placas luminosas, contas de consumo de energia, água e telefone das Polícias Civil e Militar no exercício, sem lei municipal autorizativa e/ou convênio com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, infringindo o artigo 62 da LRF.

B.6. Tesouraria/Almoxarifado/Bens Patrimoniais (fl. 46):

- rotina de trabalho do Setor com a emissão de cheques para o pagamento de fornecedores, o que possibilitou, no exercício em exame, a emissão de cheques sem provisão de fundos.

B.8. Ordem Cronológica de Pagamentos (fls. 47/48):

- não observância da ordem cronológica de pagamentos;
- ausência de publicação das justificativas para que não fosse observada a estrita ordem cronológica das exigibilidades.

C.2.3. (1) Execução Contratual (fls. 50/51):

- contratação de serviços executados integralmente, conforme medição do Setor de Engenharia da Prefeitura (100% em 05-11-14), empenho deveria ser liquidado e pago, porém foi anulado em 31-12-14, sem qualquer justificativa, causando prejuízo à fiscalização na apuração do déficit da execução orçamentária (Contrato nº 65/2014 - Sanches Eletrificação Ltda. - R\$ 122.577,12 - execução de iluminação de campo de futebol localizado no Centro Esportivo Rubens Miranda).

C.2.3. (2) Execução Contratual (fls. 51/53):

- construção de trinta lombadas no Município que se encontravam esfaceladas e inservíveis para a finalidade destinada. [Contrato nº 10/2014 - Agnaldo dos Santos Baptista MEI - R\$ 12.150,00 mais R\$ 3.037,50 (aditivo) mais R\$ 7.770,00 (concreto)].

C.2.3. (3) Execução Contratual (fls. 53/56):

- inadequação na prestação de serviços de limpeza, tratamento e conservação das piscinas do Centro Esportivo Rubens Miranda; local que se encontrava em aparente estado de abandono, piscinas sem qualquer condições de uso, com presença de algas, insetos e sapos, verificação de vazamentos, infiltrações e rachaduras (Contrato nº 90/2013 - Juliano Cardoso Cortenovis - MEI - R\$ 14.400,00).

D.2. Fidedignidade dos Dados Informados ao Sistema AUDESP (fl. 59):

- divergências entre os dados da Prefeitura Municipal e os prestados ao Sistema AUDESP.

D.3.1.1. Cargos de Natureza Técnica Prenchidos em Comissão (fls. 60/62):



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



- inexistência de legislação municipal que determine o número mínimo de cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, nos termos do inciso V do artigo 37 da CF - Constituição Federal;

- cargos comissionados criados por leis municipais que não se enquadram nas atividades que possam ser tidas como de confiança ou de direção, chefia ou assessoramento, nos moldes preconizados no inciso V do artigo 37 da CF.

D.3.1.2. Falta de Avaliação dos Servidores (fl. 62):

- não foi realizado estágio probatório para os servidores nomeados após a promulgação da Emenda Constitucional nº 19/98.

D.5. Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal (fls. 65/66):

- entrega intempestiva de documentos/informações ao Sistema AUDESP, em inobservância ao artigo 2º das Instruções nº 02/2008;

- não atendimento às recomendações deste Tribunal

1.3. Constan dos autos os seguintes Expedientes:

a) TC-004482/989/14-2 (Eletrônico) - Bruna Alves de Almeida informou que prestou o Concurso Público nº 01/2012, para o cargo de Agente Social, no qual foi oferecida uma vaga. Mesmo aprovada em primeiro lugar, com a nota 97,50, não foi nomeada e o prazo de validade do concurso (21-06-12 a 20-06-14) expirou e não foi prorrogado.

Relatou a Fiscalização que, nas contas do exercício anterior (TC-001573/026/13), constou do item **D.3.1.4** que o edital do certame oferecia 11 (onze) vagas para dez cargos, com candidatos classificados e aprovados para todas as vagas oferecidas. Contudo, apenas 04 (quatro) foram regularmente preenchidas pela Municipalidade, sendo que 07 (sete) candidatos aprovados, dentro do número das vagas oferecidas no edital do concurso, tiveram suas expectativas frustradas, ante a ausência de nomeação por parte do Município.

Ressaltou, ainda, a Fiscalização que a questão foi submetida à apreciação do Poder Judiciário pela candidata aprovada, em face de impetração de Mandado de Segurança (nº 1006151-40.2014.8.26.0077) perante a Primeira Vara Cível de Birigui.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



O pedido foi julgado improcedente em primeira instância, tendo sido confirmada a decisão pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (documentos de fls. 443/450 do Anexo), que não havia transitado em julgado até a data da inspeção (28-10-15).

b) TC-000397/001/15 – O munícipe Laércio de Mello Almeida comunica possíveis irregularidades cometidas pela Prefeitura Municipal de Coroados ao não permitir acesso às informações, notadamente acerca de possível atraso nos recolhimentos dos encargos de INSS e FGTS e da emissão de cheques sem a devida provisão de fundos.

Observou a Fiscalização que os assuntos foram tratados nos itens **B.5.1** (Encargos) e **B.6** (Tesouraria).

c) TC-000083/001/16 (juntado após a realização da Fiscalização) - Laércio de Mello Almeida solicita informações sobre eventual inclusão, pela Prefeitura Municipal, de gastos decorrentes de contratação de empresas (contratos de terceirização) nas despesas com pessoal nos exercícios de 2014 e 2015.

1.4. Regularmente notificado (DOE de 17-11-2015 - fl. 75), o Município de Coroados apresentou justificativas e documentos (fls. 88/124).

Especificamente em relação aos itens: **B.1.1.** Resultado da Execução Orçamentária, **B.2.2.** Despesa de Pessoal e **B.5.1.** Encargos esclareceu o seguinte:

B.1.1. Resultado da Execução Orçamentária (fls. 92/96):

A Prefeitura promoveu a anulação parcial de empenho efetuado para a execução de obras de iluminação no campo de futebol do Centro Esportivo Rubens Miranda, uma vez que do montante empenhado de forma global (R\$ 122.577,12), somente a quantia de R\$ 842,66 foi efetivamente liquidada junto ao setor de contabilidade com a apresentação da respectiva nota fiscal.

Destacou que, ainda que o serviço tenha sido prestado – como informou a Fiscalização, com base no laudo de medição obtido junto ao Setor de Engenharia – era impossível ao setor contábil proceder à liquidação da despesa antes de receber a pertinente Nota Fiscal. E, como a despesa não foi executada e a receita conveniada com o Governo estadual para esse fim também não deu entrada no tesouro municipal, procedeu à anulação da parte não liquidada do empenho para posterior reempenho em 2015.

B.2.2. Despesa de Pessoal (fls. 99/103):



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



No que respeita ao valor de R\$ 732.705,78, acrescido pela Fiscalização, relativo à prestação de serviços médicos, observou que já em 2013 esta Corte de Contas incluiu essa despesa no cômputo da Despesa com Pessoal daquele exercício. Esclareceu que optou pela contratação de empresa particular, mediante procedimento licitatório, por acreditar que, em se tratando de serviços médicos em Município de pequeno porte, nem sempre os servidores efetivos representam a melhor opção, seja sob a ótica financeira, seja sob a qualidade do atendimento, já que os serviços de terceiros podem ter seus préstimos descontinuados e substituídos por outra empresa que melhor atenda aos anseios da população.

Frisou que o valor pago à empresa contratada, GEMEBI Gestão Médica de Birigui Ltda., visa a remunerar não só os empregados que ela utiliza na prestação do objeto contratual, mas também o capital (margem de lucros, tributos etc.), pelo que é justo e razoável que essa taxa, no valor de R\$ 183.176,45, não integre o montante da Despesa com Pessoal.

Quanto à quantia acrescida de R\$ 153.746,37, requereu sejam antecipados para o exercício em exame os efeitos da Deliberação TC-A- 023996/026/15 desta Corte, alusiva ao **PASEP** (segundo a qual a partir de 1º de janeiro 2017 as despesas a esse título não mais serão incluídas nos gastos com pessoal e nas aplicações do ensino e da saúde de todos os jurisdicionados).

Postulou, ainda, que sejam excluídos dos cálculos os gastos com Estagiários (R\$ 10.926,00) e com Rescisões Contratuais (R\$ 46.855,73), que totalizaram R\$ 57.781,73, uma vez que oneraram o elemento de Despesa “319011 - Vencimentos Pessoal Civil” e consequentemente integraram as Despesas com Pessoal.

Concluiu que, efetuadas tais exclusões, os gastos com pessoal no Executivo de Coroados, em 2014, representaram 53,21% da RCL, estando, assim, em consonância com o artigo 20, III, “b”, da LRF.

B.5.1. Encargos (fl. 110):

Ressaltou a extrema dificuldade vivenciada por todos os Municípios no exercício de 2014, salientando que o Município de Coroados adotou medidas para evitar uma situação insustentável, tendo, apesar de certos percalços, alcançado o objetivo pretendido. Dentre estes percalços destacou a falta de disponibilidade nas datas de vencimento das obrigações mencionadas pela Fiscalização.

1.5. O Setor de Cálculos da Assessoria Técnico-Jurídica (fls. 125/137) anotou que, segundo apurado pelo Sistema AUDESP, as



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



Despesas com Pessoal frente à RCL do Executivo de Coroados atingiram 51,05%, mas que, com os ajustes efetuados pela Equipe de Fiscalização, tal percentual foi elevado para 55,74% extrapolando, com isso, o estabelecido pelo artigo 20, III, “b”, da LRF.

Analizando as justificativas apresentadas pelo Município, entendeu, entretanto, pertinente a exclusão do total dos gastos com pessoal das despesas referentes às rescisões contratuais (R\$ 77.319,61) e à Bolsa Auxílio aos Estagiários (R\$ 8.364,00), por ter verificado, nas notas de empenho juntadas no Anexo (Expediente TC-000075/001/16), que estas oneraram o elemento 31.90.11.01 - Vencimentos e Salários, estando o procedimento amparado, respectivamente, pelo artigo 19, § 1º, I,⁴ da LRF e pelo artigo 3º⁵ da Lei federal nº 11.788/08.

Considerou, contudo, acertada a inclusão do valor de R\$ 153.746,37, referente ao PASEP, em consonância com o entendimento vigente para o exercício de 2014, e da importância de R\$ 732.705,78, relativa ao contrato com a empresa GEMEBI Gestão Médica de Birigui Ltda. para a prestação de serviços médicos.

A respeito deste último tópico realçou que as próprias justificativas do Município demonstram que se tratava de contratação de pessoal em substituição a servidor, devendo, portanto, o respectivo valor ser acrescido à Despesa com Pessoal, com fulcro no § 1º do artigo 18 da LRF.

Observou que, conforme destacado pela Fiscalização, tal despesa já havia sido incluída na apuração da Despesa com Pessoal dos

⁴ **“Artigo 19** - Para fins do disposto no caput do artigo 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

(...)

§ 1º - Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

I - de indenização por demissão de servidores ou empregados

(...).”

⁵ **“Artigo 3º** - O estágio, tanto na hipótese do § 1º do artigo 2º desta Lei quanto na prevista no § 2º do mesmo dispositivo, **não cria vínculo empregatício de qualquer natureza**, observados os seguintes requisitos (...). (Grifei).”



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



exercícios de 2012 (TC-001505/026/12) e 2013 (TC-001573/026/13)⁶ e que a situação verificada nos exercícios anteriores não foi alterada em 2014.

Considerou, por fim, improcedente o pedido de exclusão do valor correspondente a 25% do valor pago à contratada (R\$ 183.176,45), sob o argumento de corresponder à remuneração do capital da empresa.

Efetuando tais ajustes, concluiu que a Despesa com Pessoal do Executivo de Coroados deveria ser reduzida de 55,74% para 55,19% da Receita Corrente Líquida, mas, ainda, assim, em afronta ao preceituado no artigo 20, inciso III, alínea “b”, da LRF.

QUADRO DE PESSOAL	VALOR - R\$	%
Receita Corrente Líquida – RCL	15.619.097,04	100
Despesa com Pessoal apontada pela fiscalização à fl. 26	8.705.860,86	55,74
(-) Despesas com Estagiários	8.364,00	
(-) Despesas com Indenizações referente a demissões	77.319,61	
(=) Despesa com pessoal ora ajustada	8.620.177,25	55,19

Em relação à recondução dos gastos com pessoal, ponderou que, tendo sido superado o limite máximo no 3º quadrimestre de 2014 (55,19% após os ajustes), o prazo para eliminação de 1/3 do excesso, em razão da incidência do artigo 66 da LRF, seria duplicado até agosto/2015

⁶ **TC-001502/026/12** - Prefeitura Municipal de Coroados - Exercício de 2012 - Sessão do E. Tribunal Pleno em 10-06-2015 - Pedido de Reexame: Não provido - Relator Conselheiro RENATO MARTINS COSTA

“Quanto aos Gastos com Pessoal, o recorrente retomou a discordância quanto ao acréscimo da despesa relacionada à contratação da empresa **“GEMEBI – Gestão Médica de Birigui Ltda.”**, possibilidade que já restou rechaçada quando da análise da matéria em primeiro grau.

Naquela oportunidade, o Órgão de Instrução apurou que a contratação em foco tratou da terceirização de mão de obra dos serviços públicos de saúde, compreendendo a prestação de serviços médicos realizados nas Unidades Básicas de Saúde e na composição das Equipes de Saúde da Família (PSF).

Ademais, para a consecução do objeto pactuado, depreende-se que houve a utilização da infraestrutura do Município, dos recursos materiais e equipamentos sob o gerenciamento técnico e operacional da Secretaria Municipal de Saúde, denotando que o quanto ajustado visou apenas à contratação de pessoal e não ao serviço certo e acabado”.

TC-001573/026/13 - Prefeitura Municipal de Coroados - Exercício de 2013 - Câmara de 21-07-2015 - Favorável - Relator Conselheiro ANTONIO ROQUE CITADINI.

“a- Despesas com pessoal. Esclareceu a interessada que a Fiscalização incluiu no cômputo das despesas os valores pagos à empresa **Gemebi Gestão Médica de Birigui Ltda.**, de modo equivocado, englobando o valor empenhado (R\$ 661.913,95), ao invés do valor liquidado (R\$ 653.299,79)”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



(2º quadrimestre/2015) e o prazo total de recondução ao limite até abril/2016 (1º quadrimestre/2016).

Com base nos dados do AUDESP, verificou que a taxa excedente da despesa de pessoal do 3º quadrimestre/2014 (55,19%) foi reduzida no 2º quadrimestre/2015, eis que atingiu 53,75%. Consignou, contudo, que não poderia assegurar terem sido as despesas de pessoal reconduzidas ao limite legal, uma vez que os dados de 2015 não haviam ainda sido submetidos à análise da Fiscalização, havendo grande possibilidade de serem efetuados ajustes, tal como ocorreu nos exercícios de 2012, 2013 e 2014.

A **Unidade de Economia** (fls. 138/140) manifestou-se, quanto ao aspecto estritamente econômico-financeiro, pela emissão de parecer favorável, por não ter encontrado óbices a serem apontados.

Já a **Unidade Jurídica** (fls. 142/151) opinou pela emissão de parecer desfavorável às contas em exame, aduzindo que, muito embora a taxa excedente da Despesa de Pessoal do 3º quadrimestre/2014 (55,19%) tenha sido reduzida no 2º quadrimestre/2015, não havia como atestar a recondução ao seu limite legal uma vez que os percentuais de 2015 não tinham sido submetidos à análise da Fiscalização.

Também a **Chefia** do órgão (fl. 152) concluiu pela emissão de parecer desfavorável, diante do descumprimento do artigo 20, III, “b”, da LRF, propondo, ademais, recomendações ao Prefeito para que estabeleça limite para a abertura de créditos adicionais, transferências, remanejamentos e transposições condicionado à inflação projetada para o período, de acordo com o Comunicado SDG nº 29/2010; promova o adequado equilíbrio orçamentário, financeiro e econômico; e cumpra as determinações dos incisos I a V do parágrafo único do artigo 22 e do artigo 23 ambos da LRF, em relação aos gastos com pessoal.

1.6. De igual modo, o **Ministério Público de Contas** (fls. 154/157) pugnou pela emissão de parecer desfavorável, tendo em vista as ilicitudes apontadas pela Fiscalização das quais destacou o descumprimento do artigo 20, III, “b”, da LRF, uma vez que as despesas de pessoal representaram 55,19% da RCL e a ATJ não pôde atestar o atendimento à regra de recondução.

Observou que, conforme pesquisa realizada no Sistema AUDESP (fl. 153), a Administração Municipal, no exercício de 2015 despendeu o montante de R\$ 823.858,92 em favor da referida GEMEBI



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



Gestão Médica de Birigui Ltda., o que certamente, mais uma vez exigirá novas inclusões no cômputo da despesa com pessoal.

Salientou que tal afronta à responsabilidade na gestão fiscal há muito vem sendo condenada por esta Corte de Contas, traduzindo-se em relevante fundamento para a emissão de parecer desfavorável, agravado no caso pela falta de controle sobre a jornada de trabalho da contratada, bem como sobre a quitação das verbas trabalhistas e de seus consectários fiscais a cargo da empresa contratada (Item **3.2.3.**- fls. 35/39).

Ressaltou, por fim, que, apesar das reiteradas críticas deste E. Tribunal de Contas, a Administração Municipal insiste em manter a ilícita terceirização nos seus serviços de saúde, utilizando-se de interposta pessoa jurídica de direito privado para apenas recrutar e remunerar mão de obra que se destina a trabalhar nas Unidades da própria Prefeitura, propondo, em razão disso, a expedição de ofício ao Ministério Público do Trabalho, com cópias dos documentos que instruíram o relato dos itens **B.2.2.** e **B.3.2.3.** do relatório.

1.7. Pareceres anteriores:

2011 - **Favorável** (TC-000916/026/11 – Relatora E. Auditora Substituta de Conselheiro SILVIA MONTEIRO, DOE de 26-06-13).

2012 - **Desfavorável**⁷ (TC-001505/026/12 – Relator E. Conselheiro RENATO MARTINS COSTA, DOE de 26-07-2014). Pedido de Reexame: Não provido (DOE de 30-07-15).

2013 - **Favorável** (TC-001753/026/13 – Relator E. Conselheiro ANTONIO ROQUE CITADINI, DOE de 06-08-15).

1.8. Dados Complementares:

a) Receita *Per Capita* do Município em Relação à Média dos Municípios Paulistas:

RECEITA ARRECADADA NO EXERCÍCIO DE 2014	NÚMERO DE HABITANTES	RECEITA PER CAPITA	MÉDIA DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS	MÉDIA
R\$16.041.890,17	5.540	R\$2.895,65	Geral R\$ 2.686,80 Individualizada R\$3.316,01	Geral Acima em 7,77% Individualizada Abaixo em 12,67%

Fonte: AUDESP

⁷ **Motivos:** Déficit Orçamentário 14,35%; Alteração Orçamentária 52,04%; Descumprimento do artigo 42 da LRF e Despesa com Pessoal 58,89% descumprindo o disposto no artigo 20, III, "b", da LRF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



b) Resultado da Execução Orçamentária nos Últimos Exercícios:

EXERCÍCIOS	2011	2012	2013	2014
(Déficit)/Superávit	(0,59%)	(14,35%)	6,73%	(3,23%) (3,99%)*

Fonte: fls. 17/19

* Déficit Orçamentário Ajustado.

c) Indicadores de Desenvolvimento
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

ANOS INICIAIS - 4ª SÉRIE/5º ANO

COROADOS (*)	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Crescimento		2%	23%	5%	- 10%	-
IDEB	4.7	4.8	5.9	6.2	5.6	-
Meta	-	4.8	5.1	5.5	5.7	6.0

(*) Fonte: <http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado>

Comparativo com o Federal e o Estadual

Entes Federativos (*)	Observado				
	2005	2007	2009	2011	2013
COROADOS	4.7	4.8	5.9	6.2	5.6
Estado de SP – Pública	4.5	4.8	5.3	5.4	5.8
Brasil – Pública	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9

(*) Fonte: <http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado>

Percentuais Alcançados pelo Município

Aplicação (*)	2005	2007	2009	2011	2013	2014
Artigo 212 CF (25%)	26,56%	25,59%	26,60%	25,49%	26,34%	28,78%
FUNDEB (100%)	-	-	100%	100%	100%	100%
Artigo 60 ADCT	63,13%	70,93%	65%	72,62%	80,41%	78,78%

Fonte: (*) TC-002463/026/05 (Exercício de 2005), TC-002052/026/07 (Exercício de 2007), TC- 000046/026/09 (Exercício de 2009), TC-000916/026/11 (Exercício de 2011) e TC-001573/026/13 (Exercício de 2013).

d) Investimento na Educação *Per Capita* (Recursos Próprios considerando o “plus” aplicado do FUNDEB, quando houver).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



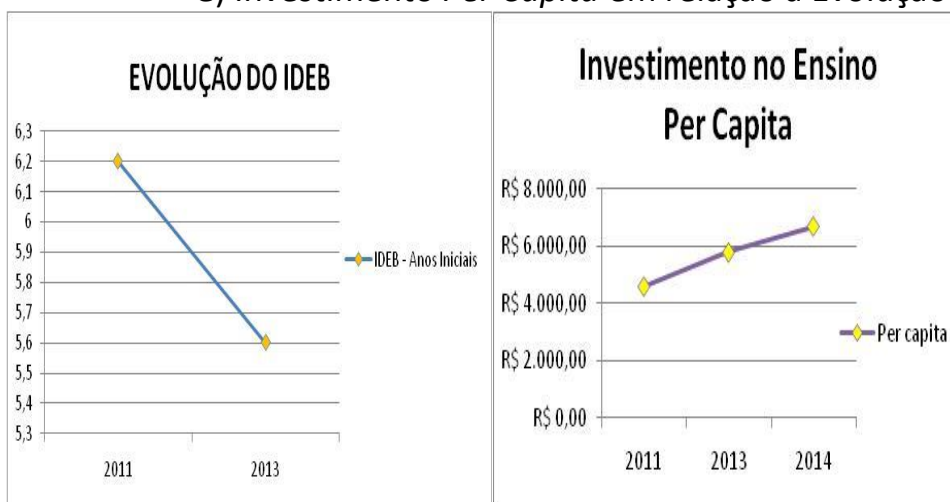
Exercício	Recursos Próprios R\$	FUNDEB - Perda ou Plus (1) R\$	Aplicação Excedente do FUNDEB (2)	TOTAL - R\$	Nº de Matrículas (3)	Per Capita R\$
2011	2.669.328,14	- 315.598,06		2.353.730,08	511	4.606,12
2013	3.318.155,43	- 387.884,07		2.930.271,36	506	5.791,05
2014	3.822.599,96	- 437.941,29		3.384.658,67	506	6.689,05

(1) Total Receitas do FUNDEB (-) Receitas Retidas do FUNDEB

(2) Valor Aplicado no FUNDEB (-) Total Receitas do FUNDEB

(3) Fonte: endereço eletrônico <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

e) Investimento *Per Capita* em relação à Evolução do IDEB.



Os gráficos indicam que o Município apresentou, nos exercícios de 2011, 2013 e 2014, crescimento no investimento *per capita* [R\$ 4.606,12 (2011), R\$ 5.791,05 (2013) e R\$ 6.689,05 (2014)]. Quanto aos índices IDEB referentes à 4ª série/5º ano, foi constatada regressão de 2011 para 2013 [de (6.2) 2011 para (5.6) em 2013], além de ter ficado último índice aquém da meta projetada para o período (5.7).

Tal análise resta prejudicada com relação ao exercício de 2014, uma vez que não há indicador do IDEB no período.

É o relatório.



2. VOTO

2.1 A instrução dos autos demonstra que o **Município de COROADOS** observou as normas constitucionais e legais no que se refere à aplicação no ensino (recursos próprios e FUNDEB), saúde, remuneração dos profissionais do magistério, transferências de duodécimos ao Legislativo, remuneração dos agentes políticos, CIDE, royalties, multas de trânsito e encargos sociais (FGTS, PASEP e INSS) e precatórios.

2.2 Em relação aos **Resultados Econômico-Financeiros**, o Município apresentou excesso de arrecadação no montante de R\$ 254.890,17 (1,61% da receita prevista de R\$ 15.787.000,00).

O resultado da execução orçamentária, entretanto, foi deficitário em R\$ 518.126,18 (3,23% da receita efetivamente arrecadada de R\$16.041.890,17), não amparado por superávit financeiro do exercício anterior.

A esse valor, entretanto, há que se incluir ainda, como apontado pela Fiscalização, a quantia de R\$ 121.734,46, relativa à execução dos serviços de iluminação do campo de futebol localizado no Centro Esportivo Rubens Miranda, cujo empenho foi anulado, não obstante a execução dos serviços e entrega dos materiais por parte da contratada – Sanchez Eletrificação Ltda. – tenha ocorrido em sua integralidade, conforme medição realizada por Engenheiro do Município, em 04-11-14.

Dessa forma, o resultado da execução orçamentária passa a ser deficitário em R\$ 639.860,66 (R\$ 518.126,18 + R\$ 121.734,48), mas que, equivalente a 3,99% das receitas efetivamente realizadas, situa-se em patamar tolerado por esta Corte.

O resultado financeiro também foi deficitário, em R\$ 845.003,06. Contudo, equivalendo a 19⁸ dias de arrecadação (RCL), apresenta-se em parâmetro aceitável por esta Corte de Contas, por ser passível de reversão nos exercícios seguintes.

⁸ RCL, R\$ 15.619.097,04 ÷ 12 (meses) ÷ 30 (dias) = R\$ 43.386,38 (1 dia).
R\$ 845.003,06 (déficit financeiro) ÷ R\$ 43.386,38 (1 dia) = **19 dias**.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



O estoque de restos a pagar diminuiu 11% em relação a 2013 (passando de R\$ 2.319.580,74 para R\$ 2.068.632,00) e a dívida de curto prazo 14% (de R\$ 2.449.086,12 para R\$ 2.109.637,00).

A disponibilidade financeira de R\$ 1.263.510,16 (fl.36 do Anexo), frente aos restos a pagar da Municipalidade de R\$ 2.068.632,00, demonstra insuficiência financeira de R\$ 805.121,84.

Assim, e muito embora os déficits orçamentário e financeiro mereçam atenção por parte da Administração Municipal, não vislumbro razão suficiente para comprometer toda a administração financeira e orçamentária.

Ademais, observo que o Município, no exercício em exame, aplicou além do exigido pela Constituição Federal nas áreas da educação (R\$ 501.735,15⁹) e saúde (R\$ 1.314.456,33¹⁰) e realizou investimentos no montante de 4,87% da Receita Corrente Líquida.

Quanto às **alterações realizadas no Orçamento**, a Equipe de Fiscalização observou que alcançaram o total de R\$ 7.097.556,55, equivalente a 46%¹¹ da despesa inicial prevista (R\$ 15.291.484,00, fls. 33/35 do Anexo), muito embora a Lei Municipal nº 1.765, de 09-12-2013 (LOA), em seu artigo 4º¹², tenha autorizado a abertura de créditos suplementares até o limite de 10% (dez por cento) do total da despesa.

⁹ Informações à fl.29 :

Aplicação no Ensino – Exercício 2014		
Receitas de Impostos e Transferências	R\$13.283.459,23	100%
Despesas com Ensino	R\$ 3.822.599,96	28,78%
Mínimo exigido pelo artigo 212 da Constituição Federal (25% das receitas de impostos e transferências)	R\$ 3.320.864,81	25%
Aplicado além do Exigido	R\$ 501.735,15	3,78%

¹⁰ Informações à fl. 33:

Aplicação na Saúde – Exercício 2014		
Receitas de Impostos e Transferências	R\$ 13.283.459,23	100%
Valor aplicado na Saúde	R\$ 3.306.975,21	24,90%
Mínimo exigido pela Constituição Federal	R\$ 1.992.518,88	15%
Aplicado além do Exigido	R\$ 1.314.456,33	9,90%

¹¹ Percentual retificado tendo em vista que do total das Despesas Iniciais Orçadas pelo Município foram excluídas as relativas à Câmara Municipal [R\$15.787.000,00 (-) R\$495.516,00].

¹² “Artigo 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



Com o fito de analisar a adequação desses créditos abertos ao percentual autorizado, devem ser subtraídas do valor de R\$ 7.097.556,55 as seguintes parcelas:

- a quantia relativa à inflação do ano (6,40%¹³) incidente sobre a despesa inicial – R\$ 978.654,98;
- o superávit financeiro do ano anterior, no caso inexistente (fl. 19);
- o excesso de arrecadação havido no exercício – R\$ 254.890,17 (fl. 17).

Reduzido o total alcançado - R\$ 1.233.545,15 - do valor dos créditos abertos [R\$ 7.097.556,55 (-) R\$ 1.233.545,15 = R\$ 5.864.011,40], verifica-se que o resultado importou em 38,35% da despesa inicial, muito acima, portanto, do autorizado pela LOA e do considerado satisfatório por este E. Tribunal.

Tendo em vista, entretanto, que essa alteração orçamentária não causou desajuste fiscal, entendo possa tal falha ser conduzida ao campo das advertências.

2.3 No que se refere aos **gastos com pessoal**, acompanho a minuciosa manifestação do setor especializado da ATJ, que endossou os ajustes efetuados pela Fiscalização, no que respeita à inclusão nesse cômputo das despesas com o PASEP e com a empresa GEMEBI Gestão Médica de Birigui Ltda., relativas à prestação de serviços médicos, a exemplo do que ocorreu nos exercícios de 2012 e 2013, excluindo, entretanto, as despesas realizadas com Rescisões Contratuais e com Bolsa Auxílio aos Estagiários.

Assim os gastos com pessoal em relação à RCL atingiram 55,19%, em descompasso, portanto, com o fixado artigo 20, inciso III, “b”, da LRF.

Observe, entretanto, que, não obstante tenha sido voto vencido, assentou este Tribunal, na Sessão Plenária de 29-10-14¹⁴, que o

I - abrir durante o exercício créditos suplementares até o limite de 10% (dez por cento) do total da despesa fixada no artigo 1º, observando-se o disposto no artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17-03-1964”.

¹³ **Endereço Eletrônico:** <http://www.portalbrasil.net/ipca.htm>

¹⁴ TC-001455/026/11 – Prefeitura Municipal de Potim. E. Tribunal Pleno de 29-10-2014, de minha Relatoria.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



fato de a Prefeitura ter ultrapassado o limite de 54% de despesa com pessoal não enseja, *de per si*, a emissão de parecer desfavorável às contas, desde que não seja o ano final do mandato do Prefeito e que o Município tenha reconduzido nos dois quadrimestres seguintes referido percentual aos limites legais.

No presente exercício, há ainda outro fator importante a ser considerado no que se refere à recondução dos gastos.

Trata-se da situação de baixo crescimento do PIB. O artigo 66 da Lei Fiscal prevê, neste caso, que o Município disporá não de dois, mas de quatro quadrimestres para eliminar a extrapolação, observada a necessária redução de pelo menos um terço nos dois primeiros. Dessa forma, tendo em vista o baixo crescimento do PIB em 2014 (apenas 0,1% em relação ao exercício anterior), o Município de Coroados disporia do prazo para eliminação de 1/3 do excesso até agosto/2015 (2º quadrimestre/2015) e o prazo total de recondução até abril/2016 (1º quadrimestre/2016).

De acordo com os dados extraídos do Sistema AUDESP, o Município obteve nos quadrimestres em questão os seguintes resultados:

1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	1º Quadrimestre
2014	2014	2014:	2015:	2015:	2015:	2016:
48,67%	49,82%	55,19%*	58,47%**	58,89%**	57,07%**	50,06***

* 3º quadrimestre/2014: já ajustado pela ATJ;

** Dados ajustados pela Fiscalização – fls. 167/168;

*** Dados apurados pelo sistema AUDESP - fl.174.

Verifica-se, assim, que a taxa excedente da despesa com pessoal do 3º quadrimestre/2014 (dezembro/2014) não foi reduzida em pelo menos 1/3 no 2º quadrimestre/2015 (agosto/2015 - 54,80%), eis que atingiu 58,89%¹⁵. Todavia, conforme informações constantes do Sistema AUDESP, tal percentual foi reduzido para **50,06%** da RCL em abril/2016, logrando, portanto, a Prefeitura reconduzir os gastos com pessoal ao limite legal.

É bem verdade que esses dados não foram submetidos ao crivo da Fiscalização, mas, por outro lado, o contrato celebrado com a empresa GEMEBI Gestão Médica de Birigui Ltda., motivo de ajuste nas

¹⁵

Demonstrativo - da Redução de 1/3 do Excedente apurado no 3º quadrimestre/2014:
55,19% = excedente 1,19% - 1/3 do excedente = 0,39%; 55,19% (-) 0,39% = **54,80%**.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



contas relativas aos exercícios de 2012 a 2015, foi rescindido em 30-11-15 conforme documento de fl. 169.

Ademais, segundo pesquisa realizada por minha Assessoria, o pregão presencial aberto pela Prefeitura, objetivando a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços médicos junto a Unidade Básica e Saúde, foi suspenso em 23-05-2016 (fls. 171/173).

Diante desse contexto, a indicar a recondução dos gastos com pessoal da Prefeitura ao limite legal, considero possa tal falha ser afastada.

2.4 Quanto às demais impropriedades apontadas pela Fiscalização, ainda que possam ensejar advertências com vista à sua regularização, não apresentam gravidade suficiente para macular a totalidade dos presentes demonstrativos.

2.5 Diante do exposto voto pela emissão de **parecer prévio favorável**, com ressalvas, à aprovação das contas, da Prefeitura Municipal de COROADOS, relativas ao exercício de 2014.

2.6 Determino, à margem do Parecer, a expedição de ofício ao Chefe do Executivo com as seguintes advertências:

a) Assegure o estrito cumprimento do disposto na Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação), com a criação de serviço de informações ao cidadão.

b) Aperfeiçoe o Sistema de Controle Interno, atentando para a designação de servidor efetivo para o setor e para a apresentação de relatórios periódicos e consistentes, nos termos dos artigos 31 e 74 da Constituição Federal e das orientações traçadas por esta Corte no Manual Básico “*O Controle Interno do Município*”.

c) Acompanhe rigorosamente a gestão orçamentária, nos termos do artigo 1º, § 1º, da LRF, promovendo esforços fiscais com vista a obter equilíbrio entre receitas e despesas e a manter os gastos com pessoal dentro dos limites legais.

d) Harmonize as fases de planejamento e execução do orçamento, de modo a evitar a ocorrência de elevados percentuais de alterações orçamentárias.

e) Regularize as inconsistências e divergências contábeis apontadas com relação à Dívida Ativa.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



f) Aplique e contabilize corretamente os recursos vinculados ao Ensino e à Saúde.

g) Atente para o desempenho da rede municipal de ensino no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), buscando não apenas a aplicação dos mínimos constitucionais e legais de verbas na educação, mas o efetivo resultado qualitativo deste investimento na melhora do ensino a cargo da Prefeitura.

h) Observe os prazos de vencimento dos encargos sociais, de modo a evitar despesas com multas e juros que oneram desnecessariamente os cofres públicos.

i) Respeite na anulação de empenhos o disposto no artigo 60 e seguintes da Lei federal nº 4.320/64 e nas normas de contabilidade pública.

j) Adote providências para a devida regularização das impropriedades constatadas nos itens “Pagamento de Despesas Diversas das Polícias Civil e Militar” e “Tesouraria/Almoxarifado/Bens Patrimoniais”.

k) Observe, com rigor, as normas da Lei federal nº 8.666/93 e a jurisprudência deste Tribunal, no tocante às despesas realizadas por meio de procedimento licitatório, e/ou por meio de dispensa ou de inexigibilidade de licitação, formalizando adequadamente os respectivos contratos, acompanhando devidamente a sua execução e respeitando, nos pagamentos, a ordem cronológica de suas exigibilidades.

l) Efetue os ajustes necessários para garantir a fidedignidade das informações inseridas no banco de dados do Sistema AUDESP, em cumprimento aos princípios da transparência e da evidenciação contábil, nos termos do Comunicado SDG nº 34/09¹⁶, atentando para os prazos de encaminhamento dos documentos exigidos por esse Sistema deste Tribunal.

m) Reexamine seu Quadro de Pessoal, avaliando os servidores

¹⁶ “O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO **alerta** que constitui falha grave a ausência de fidelidade das informações enviadas ao Tribunal de Contas em relação àquelas registradas na Origem, vez que ofende aos princípios da transparência (artigo 1º, §1º, da LRF) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei nº 4.320/1964), ocasionando efetivo prejuízo à ação de controle dos recursos públicos.

As informações enviadas ao Sistema AUDESP devem corresponder aos fatos registrados na Origem; alterações posteriores devem seguir normas, procedimentos e princípios aceitos pela ciência contábil.

(...)”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



em estágio probatório e atentando, em relação aos cargos em comissão, para o disposto no artigo 37, V, da Constituição Federal, de modo que suas atribuições efetivamente se caracterizem como de chefia, assessoramento ou direção, observada a exigência de conhecimentos técnicos especializados compatíveis com a excepcionalidade dessas atividades.

n) Regularize as falhas apontadas no item “Terceirização dos Serviços Médicos da Saúde”, revendo contratações que possam configurar fuga ao concurso público.

o) Atenda integralmente às Recomendações deste Tribunal.

Determino, ainda, que o processo acessório TC-000046/126/14 e os expedientes TC-000397/001/15 e TC-000083/001/16 permaneçam apensados a estes autos.

Consigno que deixo de propor a abertura de autos próprios para tratar do contrato nº 31/2012, celebrado entre a Prefeitura e a empresa GEMEBI Gestão Médica de Birigui Ltda., uma vez que já está sendo tratado nos autos do TC-000252/989/16-5¹⁷.

A Fiscalização deverá verificar a efetiva adoção das providências regularizadoras noticiadas pela Municipalidade.

2.7 Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Sala das Sessões, 08 de novembro de 2016.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
CONSELHEIRO

¹⁷ eTC-000252/989/16-5 - Contratante: Prefeitura Municipal de Coroados x Contratada: GEMEBI Gestão Médica de Birigui Ltda. Pendente de Apreciação - Relator Auditor ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS.